

## **Moção específica ao IX Congresso**

# **Novo Pacto Verde: um desafio do LIVRE para Portugal, a Europa e o planeta**

A modernidade humana foi marcada por uma sucessão de contratos políticos, explícitos ou não. O contrato do absolutismo era um contrato entre os Súbditos, o Rei e Deus que se revelou inválido com o Grande Terramoto de Lisboa e foi abolido a partir da Revolução Americana de 1776 e da Revolução Francesa de 1789. Após estas revoluções construiu-se gradualmente um contrato político entre Estado, Povo e Nação, que teve o seu apogeu com a construção do estado social e os seus colapsos com as guerras mundiais do século passado.

Estes "contratos" firmam-se na memória e na vontade coletiva quando respondem à escala dos problemas vividos pela humanidade num determinado momento. Um exemplo maior é o do New Deal, nos EUA de Roosevelt, que salvou aquele país da depressão e do fascismo, através da criação da Segurança Social, do saneamento do sistema financeiro, e de um vasto plano de obras públicas que deram emprego a milhões e infraestrutura a várias gerações. Mas é ao mesmo tempo natural que, enquanto os problemas se afiguram irresolúveis e não é explicitado um "contrato" de tipo novo capaz de os resolver, as pessoas se agarrem às velhas formas de estruturar a política. Assim foi que o imperialismo, um "contrato" entre uma linha dinástica hereditária e os senhores ou povos de vastos territórios heterogéneos, durou até ao seu colapso na Europa com a Iª Guerra Mundial, mais de um século depois de se ter provado que as repúblicas e democracias poderiam funcionar à escala nacional. Da mesma forma, há hoje quem se agarre ao nacionalismo numa época em que a maior parte dos problemas que enfrentamos — das alterações climáticas à fuga aos impostos global, da crise de direitos humanos que vitima refugiados ao crescimento galopante das desigualdades globais — só se podem resolver à escala global, ou pelo menos continental e transnacional.

Tal como queremos que termos como imperialismo, nacionalismo e colonialismo se mantenham bem inscritos apenas nas páginas amareladas dos livros de história onde precisamos de aprender

sobre os seus perigos, lutamos para que nos nossos tempos realidades como a do capitalismo desregrado, o extrativismo desenfreado e uma globalização desigual e injusta sejam consignadas ao cesto das memórias ultrapassadas. Precisamos hoje de um novo contrato — um contrato entre Humanidade, Natureza e Tecnologia que salve o nosso planeta e estructure a política para as gerações futuras.

## **Um novo contrato entre Humanidade, Natureza e Tecnologia**

O LIVRE defende desde a sua fundação a criação de um Novo Pacto Verde / Green New Deal para Portugal, a Europa e o planeta. Nenhum outro partido em Portugal tem sido tão consistente na defesa desta causa. Logo no nosso programa político aprovado em janeiro de 2014 e apresentado ao Tribunal Constitucional para a legalização do LIVRE, fomos o primeiro partido a introduzir conceitos na política portuguesa que descrevíamos assim:

*O LIVRE defende uma revolução ecológica, um verdadeiro Green New Deal à escala continental, que tire partido dos diversos mecanismos europeus de apoio, nomeadamente através do investimento em energias renováveis, aumento da eficiência energética e de consumo de materiais, promoção da agricultura sustentável e sempre que possível biológica, alargamento e promoção das áreas livres de Organismos Geneticamente Modificados (OGM), I&D de novas tecnologias ambientais e educação e formação. Estes investimentos, para além dos benefícios a médio e longo prazo, teriam a vantagem imediata da criação de empregos.*

*Este Green New Deal não poderá no entanto limitar-se a uma estratégia de grandes investimentos e grandes obras. Para ele devem igualmente contribuir o apoio a iniciativas de âmbito local, que permitam a experiência de novas práticas de produção e de distribuição de bens e serviços, em circuitos curtos, numa Economia de Transição e que favoreça a coesão territorial.*

*Preconizamos a promoção ativa de novas formas de consumo e de padrões de mobilidade mais responsáveis, procurando modular a liberdade de escolha subjacente aos estilos de vida atuais em função dos imperativos de um desenvolvimento sustentável. O ordenamento e a gestão do território são fundamentais nesta procura de equilíbrios entre ambiente, sociedade e economia.*

No quadro da reconversão económica dos países que mais têm sido afetados pela crise da zona euro, o LIVRE é favorável à criação de esforços específicos de recuperação geograficamente localizados, com a criação de uma agência de nível comunitário mas de foco regional, que promova a articulação da revolução ecológica em Portugal e nos países periféricos com outras revoluções ecológicas na Europa e no mundo, de modo a partilhar custos, benefícios e boas práticas. Em particular, impõe-se apoiar e promover a agricultura familiar, muitas vezes o único meio de subsistência dos produtores e respetivas famílias. Para além do seu papel na erradicação da fome e da pobreza, esta forma de agricultura serve também para ajudar à fixação das populações no interior do país. Os incentivos poderiam ser sob a forma de um rendimento financeiro ou através da promoção de cooperativas agrícolas que liguem diretamente os produtores aos consumidores.

A política ecológica não se limita à defesa do património natural, mas também à renovação das formas de vida numa sociedade tecnológica e industrialmente avançada. O LIVRE é favorável à promoção de uma mobilidade ecologicamente responsável. A política ecológica pode e deve ser uma política urbana, por exemplo, com o restabelecimento dos incentivos à melhoria da eficiência energética em edifícios, contribuindo também para a criação de empregos num dos setores mais afetado pela crise, o da construção civil. Deve estudar-se a criação de uma eco-taxa, a ser aplicada em todos os setores, sempre que se verifique um impacto ambiental acima do considerado necessário e razoável. A totalidade do valor obtido através desta eco-taxa seria investido em projetos de caráter ambiental e como fonte para os diferentes incentivos financeiros na área ambiental.

O impacto económico de políticas públicas e atividades produtivas tem sido medido essencialmente através do PIB, focando-se apenas no crescimento económico. O LIVRE defende a adoção de indicadores económicos agregados, que integrem o valor económico associado a perdas ou ganhos nos serviços dos ecossistemas, em parceria com centros de investigação. Esta metodologia, que tem por base a consciência de um planeta finito (quer em matéria-prima quer em capacidade de absorção de resíduos), deverá ser progressivamente integrada na contabilidade nacional como parte de um esforço para tornar a governação convergente com as evidências científicas e colaborar na prosperidade do ser humano e na diluição das assimetrias sociais.

Esta visão de largo alcance veio a revelar-se acertada no seu diagnóstico e antecipadora das tendências do futuro. O *Green New Deal*, que já vinha sendo defendido pelos partidos da família Verde Europeia em que nos revemos, foi depois a plataforma central da candidatura da Primavera Europeia de que fomos fundadores e que levámos às eleições europeias de 2019, e foi também um dos pilares da candidatura às legislativas de 2019 com que o LIVRE chegou à Assembleia da República. Enquanto isto acontecia, o Novo Pacto Verde atravessava o Atlântico e tornava-se numa das principais reivindicações de novos políticos progressistas como Alexandria Ocasio-Cortez, sendo agora parte central do programa político com que Bernie Sanders se apresenta às eleições presidenciais nos EUA. Regressado à Europa, uma versão atenuada dele foi apresentada pela Comissão Europeia sob a forma de um Pacto Ecológico Europeu — ou seja, extirpado da sua dimensão social que tem como referente histórico o New Deal de Roosevelt e a construção da social-democracia europeia — e prevê que alguma da sua implementação comece a partir de 2023, com a aprovação do próximo Quadro Financeiro Plurianual da UE. Apesar das críticas de quem acha que o mercado sozinho há-de resolver os problemas do planeta, ou daqueles que pelo contrário apenas utilizam a crise ambiental como pretexto para um sequestro dos movimentos ecológicos por uma agenda ideológica ortodoxa, a verdade é que o Novo Pacto Verde que o LIVRE foi pioneiro ao lançar em Portugal é hoje reconhecidamente a única forma de salvar o planeta já, e de ao fazê-lo alterar as nossas formas de produzir, trabalhar, consumir, deslocar-nos — enfim, de viver — para uma existência mais libertadora, uma sociedade mais igualitária e um modelo de desenvolvimento que permita a todos a realização do seu potencial.

Hoje, o desafio já não é o do proselitismo para um Novo Pacto Verde, mas é sobretudo o de lhe dar conteúdo e políticas concretas que possam ser implementadas a várias escalas. É tempo de preencher de sentido o esboço que traçámos com a fundação do partido e é para esse desafio que esta moção vem convocar o LIVRE no biénio de 2020-21.

## **Um plano de ação concreto para 2020-21**

Nos próximos anos o LIVRE precisa de explicar a todos os nossos concidadãos em que consiste o Novo Pacto Verde, quais são os objetivos, em que realidades concretas vai ele servir para melhorar a vida de todos e ajudar a salvar o planeta para a viabilidade de uma vida humana plena e de uma abundante biodiversidade. O Novo Pacto Verde é em primeiro lugar uma longa lista de investimentos públicos que importa identificar, listar, detalhar e orçamentar. Mas é também um

repto para a regulação das relações económicas de forma a que elas sejam menos extrativistas, menos poluentes e mais responsáveis. E é um esforço de antecipação de novas e emergente realidades tecnológicas e sociais — da Inteligência Artificial à introdução de redes 5G — que se bem usada nos permitirão viver melhor. Finalmente, o Novo Pacto Verde representa também uma forma de repôr a humanidade num lugar de cuidadora do planeta, um papel indispensável na ética da responsabilidade que é o princípio central da ecologia política e que não se compadece com os reducionismos de uma certa (e suposta) ecologia sem ideologia.

Desde 2019 que temos focado o Novo Pacto Verde em três aspectos essenciais no futuro plano de investimentos públicos de que precisamos:

- uma rapidíssima transição energética para as renováveis;
- uma vincada melhoria de infraestruturas num sentido ecológico (por exemplo, num plano para o correto isolamento, aquecimento e refrigeração de casas e locais de trabalho em Portugal);
- um forte fomento da criação de milhares de bons empregos na economia verde (por exemplo, no apoio aos ecossistemas, à florestação como sumidouro de carbono, à manutenção das florestas para minimizar a possibilidade de incêndios, etc.)

Com a agenda da UE reconhecendo a necessidade de um Pacto Ecológico Europeu, é necessário que Portugal se antecipe às políticas europeias, estando pronto para absorver os fundos europeus que poderão chegar a partir de 2023. Para isso, o LIVRE propõe-se estar na linha da frente para que Portugal tenha identificado antecipadamente os investimentos necessários a realizar. Para tal o LIVRE propôs já, no quadro da discussão do OE2020, a criação de uma Unidade de Missão do Novo Pacto Verde que funcione a nível nacional.

É necessário também que possamos acrescentar em Portugal, tirando partido da maioria de esquerda parlamentar de que atualmente usufruímos, a dimensão social que está ausente do Pacto Ecológico Europeu. O LIVRE tem tomado as posições mais avançadas em torno de partilha do trabalho e do emprego, redistribuição e políticas urbanas num sentido de aliar justiça social à justiça ambiental.

Esta moção recomenda ao partidos e aos seus futuros órgãos para o biénio 2020-2021 que o Novo Pacto Verde seja estruturante em todas as ações partidárias do LIVRE, realizando debates e eventos conexos que se estendam a todo o país, focando no Novo Pacto Verde uma parte

substancial das atividades do Grupos de Trabalho e Círculos Temáticos, e proporcionando toda a informação aos membros e apoiantes do partido para que se ativem nas redes europeias e globais pelo Green New Deal de que o LIVRE faça ou venha a fazer parte.

O Novo Pacto Verde é a solução mais prática, rápida e realista para ajudar a salvar o planeta através de uma transformação social e económica justa. Façamos de Portugal um país pioneiro à escala europeia e global, e façamos do LIVRE o dínamo desta causa na sociedade e na política portuguesa.

Documento sujeito a votação